

COTIDIANO E CONFLITOS NO ENTORNO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM ÁREA URBANA: O CASO DO PARQUE MUNICIPAL DA LAGOA COMPRIDA

Edson Pereira de Souza
Sérgio Ricardo Oliveira Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
pietraecaua@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Situado na área urbana de Aquidauana, o Parque da Lagoa Comprida possui pouco mais de 70ha e um quadro natural associado ao ambiente pantaneiro, onde está presente uma grande variedade de espécies animais e vegetais. É de grande importância para Aquidauana, cidade localizada na bacia do Alto Paraguai, às margens do rio Aquidauana. Transformada em unidade de conservação pela Prefeitura, em 2001, sem controle ou restrição ao acesso e uso pela população, a área está amplamente sujeita às pressões e conseqüências da urbanização do entorno. A área parcialmente inundada onde se forma a lagoa, além de significativa beleza, por seu tamanho e disposição no relevo, é considerada fundamental ao equilíbrio hidrológico local (figura 1).

Com base no cotidiano do entorno do Parque Municipal Lagoa Comprida, na área urbana de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil, o presente trabalho objetivou identificar e compreender os conflitos de interesses envolvidos no processo de conservação. A pretensão do trabalho foi contribuir com subsídios científicos à proteção ambiental da referida área natural abertamente sujeita às demandas e necessidades circunvizinhas.

O levantamento de dados foi realizado através da observação direta do cotidiano no entorno da área do Parque, com registros descritivos em caderneta de campo e entrevistas informais realizadas com moradores circunvizinhos ao Parque. A identificação dos conflitos foi efetuada a partir da interpretação do mapa de uso do solo da área e da observação direta de situações conflituosas. Outros procedimentos metodológicos como a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental propiciaram as fontes necessárias ao embasamento teórico e o conhecimento de situações e fatos pretéritos.

Partiu-se do pressuposto teórico de que a análise do cotidiano é fundamental à compreensão da realidade geográfica, pois é no plano da vivência, do enfrentamento diário dos problemas, da busca incessante do atendimento às suas necessidades, que as pessoas adquirem entendimento de tudo o que as cerca. É no cotidiano que se verificam as condições concretas de existência das pessoas, pois somente nesta escala as necessidades, expectativas, alegrias e frustrações operam como variáveis fundamentais na formação de juízos de valor e do sentimento de pertença ao lugar, fatores determinantes na disposição individual de engajamento em projetos coletivos, tal como aqui se considera a conservação ambiental.

1 COTIDIANO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO FAZER

De início, uma pergunta básica: que se entende por cotidiano? Que relação se estabelece com a proteção da natureza?

A abordagem que aqui será feita do cotidiano inspira-se fundamentalmente nas idéias de Marx sobre o conhecimento do sujeito a partir da sua vida real, inserido em seu contexto existencial. Está-se diante da perspectiva do sujeito, ser ativo na satisfação das suas necessidades e interesses, mas ser social que age (mesmo tacitamente) segundo determinações individuais, coletivas e institucionais.



Figura 2 – Vista aérea do Parque da Lagoa Comprida, na área urbana de Aquidauana
Foto: Solange Tatiana Fátima Sposito

O cotidiano pode ser concebido como a dimensão da existência. A vida cotidiana se constitui da repetição dos afazeres de todos os dias. Tarefas simples diariamente executadas sempre da mesma maneira, como “levantar-se”, “tomar café” ou “ler o jornal”, marcam o compasso do dia e contêm as dimensões da existência. Mas se o cotidiano se faz da repetição (atividades rotineiras), há nele margem para o surgimento do novo, a “insurreição do uso” (SEABRA, 1996).

O espaço do cotidiano aparece como um campo de possibilidades onde se dá a prática social. Sem omitir o mundo real, a consciência constrói virtualidades, representações do vivido. Eis o que Lefebvre chama de “consciência do possível”, que representa uma ordem estabelecida, mas freqüentemente a subverte. Partindo da dialética da representação hegeliana, Lefebvre afirma que “Viver é (se) representar mas também transgredir as representações. Falar é designar o objeto ausente, passar da distância à ausência preenchida pela representação (1980 apud LUFTI et al, 1996, p. 97).

Para Lefebvre (1991), o cotidiano é construído por sujeitos sociais com suas práticas sociais e espaciais, que consubstanciam este nível da realidade social marcado pelo fazer e o devir do dia a dia. Neste sentido, estudar o cotidiano supõe ir além da observação dessas práticas a fim de compreender as representações sociais ou o modo como os sujeitos pensam suas práticas.

Singularidades e generalidades se fundem no cotidiano. De fato, enquanto as questões históricas, econômicas, políticas e culturais estão presentes (interferindo) no cotidiano, são os sujeitos que dão vida e conteúdo ao que Lefebvre (1991) chama de práxis cotidiana.

Heller (1985, p. 3) entende o cotidiano como a vida de todos os dias e de todos os seres humanos em qualquer tempo ou lugar. Sem ser algo dado, o cotidiano é absolutamente necessário, porque dele não pode prescindir o viver humano. Mas, como lembra Ferreira, se por um lado a condição humana depende do cotidiano, por outro a ele não se limita, já que estão presentes nesta relação a “intersubjetividade dos sujeitos, os significados dos mundos e

as instituições que ordenam o plano do vivido”.

O cotidiano aparece em Kosik (1989) como expressão da própria existência humana no mundo. Trata-se, pois, da realização dos afazeres diários, repetição das atividades vitais. Movida por preocupações, a pessoa organiza seu dia a dia, criando uma rede de relações que a influencia; o modo como vive (“existência”) expressa uma cotidianidade.

Em Certeau (1999, p. 201-202), o lugar como ordem na consistência de seus elementos, como “configuração instantânea” de posições, é também um campo de possibilidades que se abrem às pessoas. Para o autor, da prática do lugar que subverte a sua “geometria”, sublevando-se contra a ordem estabelecida em sua configuração territorial, nasce o espaço (“...o espaço é um lugar praticado.”). O lugar seria o campo do “permitido” enquanto o espaço, o do “possível”. Na essência desta distinção, feita por Certeau, está a sua concepção de cotidiano, feito tanto de práticas que cumprem a ordem estabelecida, como de práticas que subvertem esta mesma ordem, que vai além do permissível porque orientada pelo possível.

Essencialmente, a idéia de Certeau (1999, p. 38) é tratar o cotidiano como uma dimensão singularizada pela prática do descumprimento das ordens estabelecidas. Assim, o indivíduo “inventa” o cotidiano. Há, pois, atividade do indivíduo no cotidiano, é precisamente aí que ele age, segundo estratégias de ação orientada ao atendimento de seus interesses. (“herói ordinário”, “comum”, “anônimo”). Como afirma o autor, “O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”.

Se o cotidiano serve à análise geográfica, é precisamente por sua inseparabilidade do lugar, por ser essencialmente prática e representação socioespacial. O cotidiano remete à proximidade de uma situação de vizinhança. Segundo Santos (1996, p. 255), em uma análise da situação de vizinhança, a proximidade cumpre um papel fundamental enquanto base da “socialidade” e geradora da solidariedade e da identidade. A noção de co-presença, para o autor, adquire novo significado quando associada à geografia da vizinhança.

A situação (e o sentido) de vizinhança com base num “território compartilhado” é, para Santos (1996, p. 256), a própria dimensão espacial do cotidiano. Por aí é que se apreende a relevância geográfica da análise do cotidiano. Assim, Santos reserva ao lugar, plano do cotidiano, território compartilhado entre pessoas e instituições, a dialética entre a cooperação e o conflito que move a vida social em comum.

O Parque da Lagoa Comprida se insere no cotidiano urbano aquidauanense não como unidade de conservação ambiental, mas como área de lazer ou de circulação. No entorno, difícil encontrar alguém que faça qualquer alusão à importância ecológica da área ou a necessidade de conservá-la. Mesmo como área de lazer, o parque é visto como uma área “descuidada” e “perigosa”, inspirando receio e insegurança, apesar da beleza da paisagem. Há ainda os que vêm no parque a proximidade da natureza, ou do “clima de fazenda”.

O fato é que a conservação da área não constitui projeto social, de vez que os moradores circunvizinhos que, de modo geral, não estão envolvidos nem imbuídos desta necessidade, considerando-a muito mais como área de lazer, sobre a qual reclamam da falta de infra-estrutura. Totalmente inserida na área urbana, fica evidente a fragilidade da área, em vista da expansão de vilas e conjuntos habitacionais no entorno. De fato, é rápida a expansão das moradias e o avanço de ruas e áreas improvisadas de lazer implantadas sem condições adequadas de circulação e drenagem.

2 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA URBANA: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS

O crescimento das cidades tem produzido ocupações inadequadas, que tornam as áreas protegidas urbanas espaços amplamente vulneráveis (IBASE, 2006). Os exemplos mais conhecidos são as ocupações em áreas de preservação permanente, como margens de rios e

córregos, encostas e unidades de conservação. Essas ocupações são geralmente feitas por famílias de baixa renda, cujas condições de existência associadas à fragilidade ou instabilidade dos ambientes ocupados acabam por gerar degradação ambiental (DAMAS, 2005).

Entende-se aqui que a conservação ambiental é de fato um projeto coletivo, cujo êxito demanda a participação sociopolítica ativa e ampla do conjunto social. A gestão participativa, apoiada em uma educação ambiental incluyente, amplamente informativa e capaz de compartilhar percepções e compreensões, deve ampliar o diálogo com a sociedade e compartilhar uma atuação conjunta e comprometida com a finalidade de uma unidade de conservação (IBASE, 2006; LOUREIRO et al., 2003).

Se, por um lado, a conservação ambiental precisa ser vista como projeto coletivo, por outro, ela precisa ser igualmente assimilada como projeto individual ou familiar. Na verdade, mudanças (de práticas, de valores, de percepção) e novidades (procedimentos, regras, restrições) precisam ser assimiladas pelas pessoas. Lembra-se que nenhuma ação intencional do ser humano sobre a natureza inicia sem representações ou idéias que, em essência, refletem as condições de existência humana (DIEGUES, 2001).

A proteção de uma área natural não pode ser efetivada por lei, razão pela qual requer organização e controle sobre o uso humano quando este for admitido. Entende-se, pois, tal como Brandon et al. (1998), que projetos de conservação da natureza não poderão ser bem sucedidos com o isolamento da área em relação à população circunvizinha. Já se demonstrou que a gestão de áreas protegidas é mais eficiente quanto maior for o envolvimento das comunidades circunvizinhas (SOARES et al., 2002), sobretudo, porque a participação abre a possibilidade da redução dos conflitos.

Para Salinas (2005), áreas naturais protegidas devem ser manejadas com a participação ativa da população habitante circunvizinha e usuária. Neste sentido, é preciso enfrentar a complexidade das relações e situações conflituosas implicadas pela conservação ambiental, já que, como afirma Bensusan (2006), tudo o que ocorre fora da área a ser protegida influencia o seu interior.

Assim, na base desta investigação está o entendimento de que a conservação ambiental implica:

- Relações de poder;
- Interação entre a área protegida e seu entorno.

Nos limites deste trabalho, pretende-se contribuir para o esclarecimento do segundo e terceiro itens. De fato, realizar a missão de uma unidade de conservação impõe aprofundar o conhecimento da realidade (ou realidades) socioeconômica, política e cultural do entorno. Conservação ambiental, da natureza ou da biodiversidade, refere-se à proteção de áreas de comprovada importância ecológica e contempla o uso racional de seus recursos ambientais (BENSUSAN, 2006). A implantação de áreas protegidas tem sido uma estratégia fundamental da conservação ambiental adotada no mundo inteiro. A delimitação de áreas nas quais se impede ou se restringe o acesso e uso humanos, contudo, não é suficiente para garantir o equilíbrio dos ecossistemas e a conservação da biodiversidade. Se, por um lado, a necessidade da conservação de áreas naturais, de importância ecológica comprovada, constitui um objetivo em cuja essência se encontra o direito coletivo, por outro, as restrições de uso (que, não raro, implicam prejuízos ou restrições de investimentos econômicos) afetam diretamente comunidades locais ou mesmo determinados segmentos sociais. Para estes grupos menores, a ausência de uma perspectiva clara sobre as vantagens da criação de unidades de conservação tem sido a fonte de inúmeros conflitos entre interesses e expectativas contrários e a favor da conservação ambiental. Neste sentido, conservação ambiental não se faz, dinamicamente, sem relacionar a área a ser protegida (onde há recursos, meios de satisfação) com os interesses e usos humanos que para ela se voltam, envolvendo-a.

Em meio urbano, a observação anterior ganha contornos ainda mais nítidos. A condição/situação urbana, um sistema de objeto e de valores que produzem comportamentos nos quais o individualismo se exacerba (CARLOS, 1996). Proteger a natureza em áreas urbanas, portanto, supõe considerar esta nova urbanidade, ademais caracterizada pelo fato de que o atendimento às necessidades de consumo é mercantilizado, supondo a mediação financeira. Assim, a unidade de conservação urbana é ainda mais susceptível à ação humana, aos usos que se voltam ao atendimento às distintas necessidades dos moradores da cidade, especialmente os do entorno. Daí sua maior fragilidade.

Diferente de espaços ocupados por populações tradicionais, onde a implantação de uma unidade de conservação pode ser entendida como “usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados”, em meio urbano representa para a população do entorno uma limitação geral de suas possibilidades cotidianas e, não raro, “roubo” ou subtração territorial (DIEGUES, 2001, p. 65). Trata-se de um problema conhecido em relação às unidades de conservação, especialmente em meio urbano, como é o caso, é a apropriação e uso dessas áreas pela população do entorno (BRANDÃO; LIMA, 2002). Sem dúvida, está-se diante de questões territoriais.

Na área deste estudo os conflitos estão quase onipresentes, conflitos potenciais e ativos, no entorno e nas relações, mas também nas representações e estratégias dos indivíduos e grupos. Entende-se que a gestão ambiental, enquanto processo de mediação de interesses e conflitos (DEBETIR; ORTH, 2007; THEODORO et al, 2004), não pode ser levada a efeito sem estratégias de mobilização e envolvimento da população do entorno, através de canais efetivos de diálogo e participação no processo de conservação ambiental.

Na seqüência, busca-se a identificação e caracterização dos conflitos na área de estudo como forma de gerar subsídios relevantes à gestão do Parque da Lagoa Comprida. Na base deste procedimento estão os usos e interesses sobre a área por parte do poder público e da população circunvizinha.

3 CONFLITOS POTENCIAIS E ATIVOS NA DINÂMICA DOS USOS E OCUPAÇÃO DO PARQUE DA LAGOA COMPRIDA E SEU ENTORNO

Conflitos potenciais e ativos estão associados ao processo de uso e ocupação da área e entorno do Parque da Lagoa Comprida. Entende-se que conflitos são partes das relações sociais e de poder, portanto inerentes à realidade territorial. Não é tão somente fato dado, mas susceptível às circunstâncias do lugar e do tempo em que ocorre.

Para Haesbaert (2005), o conceito de território apresenta uma dimensão material (extensão física, recursos) e outra simbólica (apropriação afetiva, sentido de pertença). Nesta perspectiva, pode-se dizer que, no âmbito da organização social, os territórios são construídos a partir de relações de poder, seja no sentido de poder de um grupo sobre outro (SOUZA, 2000), ou no sentido de poder simbólico, ou seja, de apropriação por identidade (HAESBAERT, 1999).

Lefebvre (1991) diferencia apropriação de dominação. A apropriação no sentido de posse, de propriedade, portanto com um caráter mais simbólico, com as marcas do “vivido”, do valor de uso. Já a dominação, possui uma conotação de domínio, sendo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Percebe-se que o Parque da Lagoa Comprida, território em processo de proteção, tem significado para a população circunvizinha enquanto fonte de identidade e de recursos e, ao mesmo tempo, tem significado econômico para determinados grupos sociais, especialmente os que estão no poder. O território da conservação, portanto, transcende os limites da unidade de conservação, sobrepondo-se aos territórios dos indivíduos e grupos sociais.

Para a Geografia o elemento central de análise recai sobre o uso do território e sua

organização, ou seja, a territorialidade. Neste contexto, o comportamento humano constitui um dos elementos mais importantes, pois as pessoas se apropriam, dominam e constroem territórios, neles se imprimem e se refletem (CORRÊA, 2001).

A conservação do parque se insere em um contexto de múltiplas territorialidades, determinantes das práticas e usos que lhe afetam. Territorialidade reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade. As pessoas vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Todas elas são relações de poder uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993). Assim, as territorialidades se expressam não apenas nas configurações e modos de controle ou nas formas da apropriação territorial, mas sobretudo nos conflitos.

A geograficidade dos conflitos socioespaciais é da maior relevância na afirmação dos territórios, em vista da complexidade das forças políticas, dos interesses e necessidades em jogo. Na área deste estudo, os conflitos são basicamente territoriais, em sua maior parte potenciais ou latentes. Disputas ou litígios diretamente relacionados à ocupação da área do parque, contudo, são evidentes.

Conflitos em processo de realização foram verificados nas moradias no interior do parque (residências construídas). Das três ocupações na área, duas se encontram em litígio em que se confrontam os moradores e o órgão ambiental competente (figura 2). A tentativa de remover as residências esbarra, pois em uma das necessidades humanas fundamentais (a moradia). Outro complicador importante é a postura, não raro controversa, da própria prefeitura, à medida que não se opôs e mesmo autorizou a referida ocupação.

Verifica-se, pois, nas figuras 2 e 3 que o Parque da Lagoa Comprida está circundado por moradias. O surgimento de vários conjuntos habitacionais e a ocupação de lotes urbanos são expressão do rápido crescimento urbano de Aquidauana. O confronto com as moradias tem resultado em sucessivos avanços e débitos de áreas para o parque. Além do mais, quanto mais habitantes no entorno mais se avolumam práticas e usos da área relacionados ao atendimento de necessidades urbanas, especialmente, as domiciliares. Ao redor do Parque estão vários conjuntos habitacionais Dona Nenê, Previsul e José Fragelli e as Vilas Jardim Gomes, Jardim Campina Verde, Vila São Gabriel, Vila São Estevão e Vila Aeroporto.

Conflitos potenciais, aqui diferenciados dos ativos pelo estado de latência, foram identificados em relação aos seguintes interesses, usos e práticas no interior e no entorno do parque (figura 2): circulação, ("trieiros"); lazer; extração vegetal e animal; deposição de resíduos sólidos; e pastagens.

O crescimento rápido e desordenado da área urbana de Aquidauana ocasionou grandes mudanças nos ambientes naturais por clara falta de um planejamento que visasse de maneira racional escolher as áreas próprias para conservação ambiental e determinar também espaços destinados as praças e áreas de lazer e beleza cênica da cidade (SILVA; JOIA, 2001). Como o acesso ao interior do parque é irrestrito, há trânsito freqüente através dos chamados "trieiros", usados pelas pessoas que se deslocam de um bairro a outro, a pé, de bicicleta e mesmo de veículos automotores, como motos e carros. Observa-se que as dimensões e a situação urbana do parque lhe sujeitam à circulação de pessoas e veículos por caminhos alternativos, que funcionam como verdadeiros atalhos nos deslocamentos entre os bairros circunvizinhos (figuras 2 e 3). O cercamento do parque em um futuro próximo, à medida que restrinja ou mesmo impeça o acesso à área e, por conseguinte, o trânsito no seu interior, deve causar insatisfação e reprovação por parte de moradores circunvizinhos, especialmente dos que detêm poucos recursos e cruzam diariamente a área do parque em deslocamentos para o trabalho ou visitas a parentes e conhecidos.

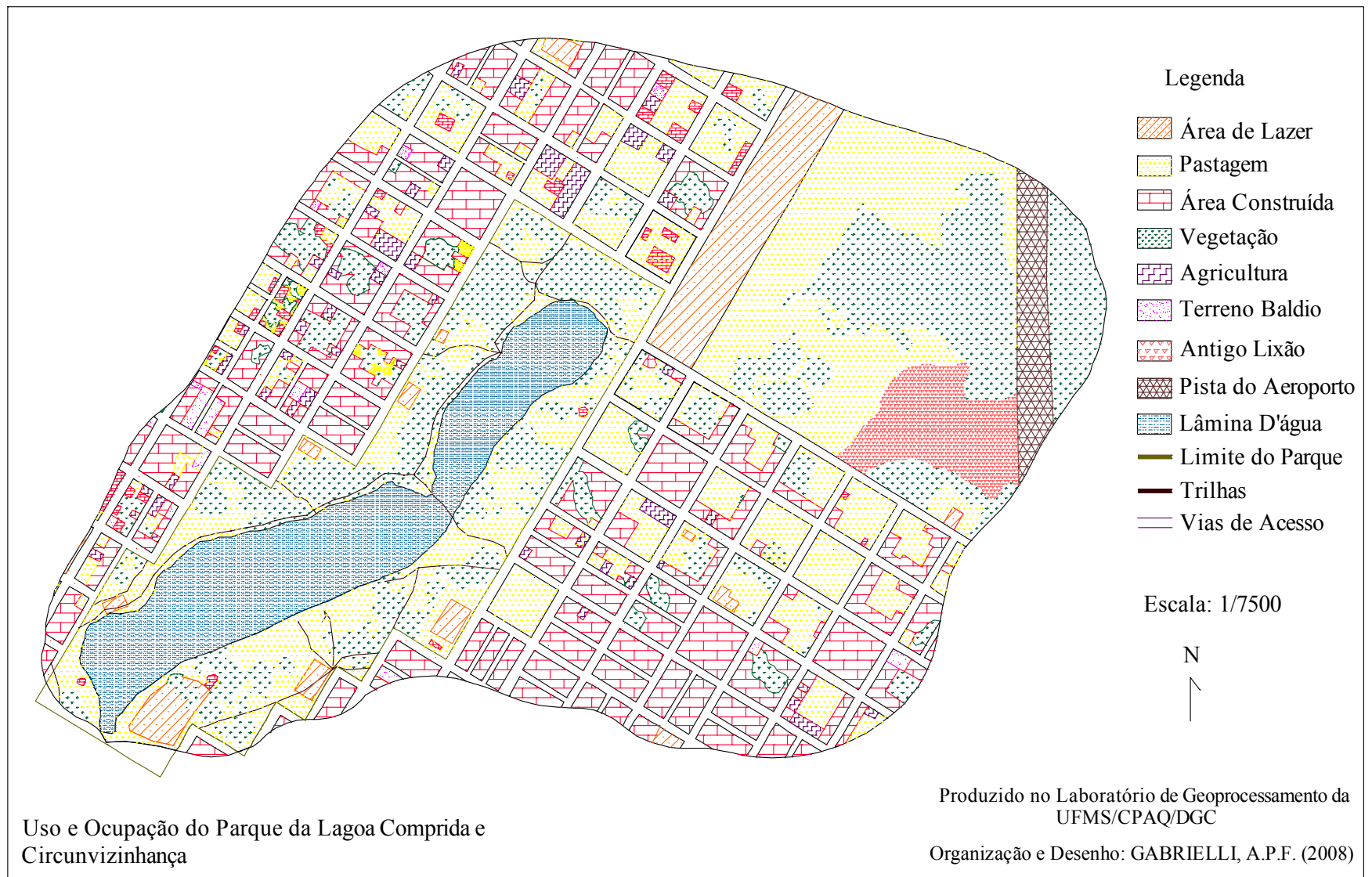


Figura 2 – Mapa de uso e ocupação do Parque da Lagoa Comprida



Figura 3 – Conflitos potenciais e ativos no interior e entorno do Parque da Lagoa Comprida

A pouca infra-estrutura existente no parque consiste em pista para caminhadas e uma quadra de volei. Em dias de calor, a lagoa é tranquilamente usada para banhos. Em outros pontos do entorno, a necessidade do lazer e a falta de áreas públicas destinadas a esta finalidade (como praças, por exemplo) levaram moradores a construir campos de futebol no interior do parque (figuras 2 e 3). Infere-se que o uso destas áreas ao longo do tempo tende a legitimá-las no contexto dos bairros circunvizinhos, tornando mais provável que estes débitos da área do parque se tornem permanentes e uma nova delimitação da unidade seja realizada.

A extração vegetal e animal ocorrem principalmente com as retiradas de espécies vegetais, folhas para alimentação animal e lenha, sendo esta uma prática muito antiga na área. A pesca na lagoa é observada com certa frequência, prática que também não encontra qualquer restrição ou controle. Todas estas práticas atestam relações muito estreitas entre a biodiversidade encontrada no Parque e as várias necessidades e demandas da população local, especialmente a do entorno.

A deposição de resíduos sólidos ocorre em todo o perímetro do parque. São muitos os pontos onde a população deposita resíduos de diversas origens: domésticos, de construções e podas de árvores. Mais uma vez, sem fiscalização, tal prática tem resultado em poluição do solo e mesmo da lagoa.

Depois da moradia, as pastagens constituem o uso mais expressivo no interior e no entorno do parque (figuras 2 e 3). Gado pastando no interior do parque é cena frequente e certamente relacionada às pequenas criações verificadas na circunvizinhança. De fato, a área urbana de Aquidauana, além de reduzida, é pontilhada por vários segmentos rurais, isto é, espaços organizados e usados por atividades rurais, como agricultura e pecuária.

Os conflitos potenciais, todos associados a práticas e usos no interior e entorno, são claramente resultantes da situação urbana da referida área a ser protegida, onde a necessidade a conservação ambiental se confronta com as vicissitudes da urbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui identificar e caracterizar os conflitos (ativos ou potenciais) tendo em vista a conservação do Parque Natural Municipal da Lagoa Comprida. Os procedimentos adotados por esta pesquisa, nesta primeira etapa, contudo, não foram ainda suficientes para maior clareza a respeito das contradições sociais e relações de poder implicados pela intenção de conservar a referida área. Os resultados, todavia, evidenciaram situações marcadas por conflitos que certamente serão ativados pelo cercamento da área.

A intenção de proteger a área, todavia, não se desdobra em ações menos imediatas e mais afinadas com um planejamento urbano e ambiental mais consistente. O recém elaborado plano diretor, a julgar pelas recentes modificações no uso do solo urbano, parece mais ir de encontro à conservação do Parque da Lagoa Comprida, ao permitir a expansão industrial dentro da zona de amortecimento. Em vista do fato, discute-se no momento até mesmo a extinção da unidade de conservação e adoção de uma categoria de uso que amplie o poder de decisão da prefeitura municipal sobre a referida área.

A área está à mercê da expansão urbana e de interesses que se opõe à conservação ambiental. Neste contexto, os moradores circunvizinhos que, de modo geral, não estão envolvidos nem imbuídos da necessidade e importância da conservação da área, consideram-na muito mais como área de lazer, sobre a qual reclamam da falta de infra-estrutura. O conhecimento do cotidiano e dos conflitos no entorno do parque permitiu não apenas confirmar a fragilidade da referida área, como também supor que sua situação tende a piorar.

REFERÊNCIAS

- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRANDON, K. REDFORD, K. H.; SANDERSON, S. E. **Parks and peril: people, politics and protected areas**. Washington, DC: The Nature Conservancy e Island Press, 1998.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DAMAS, T. Expansão Urbana e a Problemática Ambiental: Estudo de Caso do Lago Jaboti, Apucarana/PR. **Caminhos da Geografia – Revista on line**, Uberlândia, 2005, p.93-107. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> Acesso em 16/2/07.
- DEBETIR, E.; ORTH, D. (Org.). **Unidades de conservação: gestão e conflitos**. Florianópolis: Insular, 2007
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R.L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.
- _____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2005.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Parque Nacional da Tijuca – Integrando proteção ambiental e participação social em áreas urbanas**. Rio de Janeiro: S.n, 2006. Disponível no endereço: http://www.ibase.br/userimages/ap_ibase_pc_01e.pdf. Acesso em 15/05/2008.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 5ª ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LOUREIRO, C.F.B; AZAZIEL, M.; FRANCA, N.; BRASILEIRO, R.F.; MUSSI, S.M.; LAFAILLE, T.M.S.; LEAL, W.O. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBAMA/IBASE. 2003.
- LUTFI, Eulina P. et al. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SALINAS, M. F. P. **La participación en el manejo de áreas naturales protegidas**.

Cuernavaca, Morelos: Universidad Autónoma de México, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86

SILVA, J. F.; JOIA, P. R. Territorialização e impacto ambiental: um estudo da zona ribeirinha de Aquidauana/MS. **Revista Pantaneira**. v. 3, n. 1, p.17-30. Aquidauana, 2001.

SOARES, M. C. C.; BENSUSAN, N.; NETO, P. F. S. Entorno de unidades de conservação: estudo de experiências em UC's de proteção integral. **Estudos Funbio**, Rio de Janeiro: Funbio, n. 4, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THEODORO, Suzi H.; CORDEIRO, Pamora M. F.; BEKE, Z. (2004) Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: Encontro da ANPPAS, 2., Indaiatuba. **Anais**. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/suzi_theodoro.pdf>